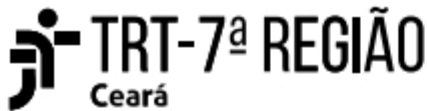


Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2024



Concurso Público para Provimento de Cargos Analista Judiciário – Área Judiciária Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'B02', Tipo 002Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-002Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A vida apesar de dura é mágica, por isso sempre acredite no inesperado.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

História de uma praça

Numa crônica antiga, intitulada "A rotina e a quimera", Carlos Drummond de Andrade considerava o fato de que grandes escritores brasileiros, a começar por Machado de Assis, eram também funcionários públicos. Na lista numerosa, Drummond não incluiu a si mesmo, funcionário que foi de mais de um órgão público. A "rotina" do funcionário, outrora cercado de blocos de papéis, lápis e canetas, muitas vezes levava-o à "quimera", ao universo da ficção e à imaginação criativa.

Mas há também funcionários cuja quimera é, na verdade, a pesquisa histórica. Valem-se de seu talento e de sua disposição para investigar a origem de nomes, de lugares, de fatos primordiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Eliézer Rodrigues, veterano assessor de imprensa da Justiça do Trabalho do Ceará. Dedicou-se a pesquisar dados e a escrever um livro – "Praça José de Alencar – Tempos e viventes". Já de si, o título indica o âmbito do livro.

O jornalista escritor resgata os primórdios dessa praça de Fortaleza, quando ainda se chamava Praça do Patrocínio, e aborda os principais acontecimentos que envolveram as edificações e pessoas que já habitaram seu entorno. O prédio da Fênix Caixeiral, a Igreja do Patrocínio, a Escola de Comércio, o Centro Médico, o Instituto de Patrimônio Histórico, o Lord Hotel, o INSS, a Associação Cearense de Imprensa e a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza são algumas das instituições retratadas na obra.

É importante haver cronistas desse porte para que a história de um lugar e de seus personagens se mantenha viva. Políticos, militares, empresários, intelectuais, artistas, músicos, juristas, celebridades, médicos, comerciantes e cidadãos comuns são alguns dos personagens reais que envolvem as tramas retratadas. Até mesmo uma cigana e um fantasma protagonizam casos curiosos.

Vê-se que a "quimera" desse escritor cearense está ancorada em impressões, fatos e pessoas que ele não quis deixar esquecer. É mais que um momento da rotina: é um momento da memória pessoal e social dedicado ao lugar de afeto e de interesse público, a que dá a força de uma permanência temporal.

(SÁ, Herculano Perez de. Com apoio na página eletrônica <https://www.trt7.jus.br>. Adaptado)

1. Com o título "A rotina e a quimera", Drummond nos deixou uma crônica na qual considera que
 - (A) a disponibilidade dos clássicos materiais de escritório induzia os funcionários a exercitarem o uso de linguagens experimentais.
 - (B) a fantasia dos escritores deriva diretamente das experiências de quem exerce um trabalho muito metódico.
 - (C) as condições de um trabalho burocrático são por vezes favoráveis à busca de uma expressão literária.
 - (D) a imaginação de altos funcionários leva-os a se distanciarem prejudicialmente das práticas de seu ofício.
 - (E) cargos na administração pública foram concedidos a muitos escritores brasileiros para atestarem sua real vocação.

2. Contextualizado nesse texto, o gênero da crônica e um atributo do cronista constituem possibilidades reais de se
 - (A) documentar com rigor a história de monumentos extintos ou desprestigiados.
 - (B) expandir a imaginação para muito além do que seja material ou factual.
 - (C) adulterar certos fatos passados em benefício de seu sentido no presente.
 - (D) recortar do tempo e do espaço históricos um sentido social permanente.
 - (E) aglutinar num texto literário memórias fictícias e imagens da vida presente.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *protagonizam casos curiosos* (4º parágrafo) = avultam em ocorrências singulares.
 - (B) *ao universo da ficção e à imaginação criativa* (1º parágrafo) = para o talento universal e para a fantasia especulativa.
 - (C) *disposição para investigar a origem de nomes* (2º parágrafo) = tendência para investir na originalidade de nomeações.
 - (D) *resgata os primórdios dessa praça* (3º parágrafo) = recupera os redutos desse recinto.
 - (E) *envolvem as tramas retratadas* (4º parágrafo) = circundam os relatos detectados.

4. Atente para estas duas afirmações:
 - I. A rotina e a quimera podem ser complementares.
 - II. Alguns funcionários alternam a rotina e a quimera.Essas afirmações integram-se com clareza, correção e coerência neste período único:
 - (A) Alguns funcionários, diante de tal alternativa, tornam complementares a rotina e a quimera.
 - (B) Podendo ser complementares, a rotina e a quimera se alternam para alguns funcionários.
 - (C) Conquanto alternadas, alguns funcionários complementam-se com a rotina e a quimera.
 - (D) O uso de alguns funcionários da rotina e da quimera mostra que bem podem suprir-se.
 - (E) Sendo alternadas, não se excluem completamente a rotina e a quimera dos funcionários.



5. Toda forma verbal concorda com seu sujeito em:
- (A) Importam muito que os pesquisadores se empenhem na reconstrução de histórias que com tanta frequência se perde no esquecimento.
 - (B) Muitas vezes couberam a alguns funcionários públicos ocuparem os intervalos de seu tempo com a criação literária.
 - (C) Cercavam-se de papéis, lápis e canetas quem, nos escritórios, viam nesses instrumentos estímulos para a literatura.
 - (D) Foi para resgatarem os primórdios daquela praça que o funcionário do tribunal lançou-se às pesquisas que teve tanto empenho seu.
 - (E) É preciso que haja cronistas empenhados na reconstrução de fatos históricos que, sem seu trabalho, se apagariam no tempo.

6. É importante que *haja* cronistas aplicados em pesquisas, para que fatos, lugares e personagens de outros tempos se *mantenham* vivos.

Em nova redação, a frase acima permanecerá correta e coerente caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) Terá sido – tivessem havido – manterão
- (B) Seria – houvesse – mantivessem
- (C) Será – hajam – manterem
- (D) Foi – houvessem – mantessem
- (E) Teria sido – tenham havido – manteriam

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

Tira férias

A noção de férias está ligada a figuras de viagem, esporte, aplicações intensivas do corpo, quase nada a descanso. As pessoas executam durante esse intervalo aquilo que não puderam fazer ao longo do ano; fazem "mais" alguma coisa, de sorte que não há férias, no sentido religioso e romano de suspensão de atividades.

Matutando nisso, resolvi tirar férias e gozá-las como devem ser gozadas, sem esforço para torná-las amenas. A ideia de viagem foi expulsa do programa: é das iniciativas mais comprometedoras e tresloucadas que poderia tomar o trabalhador vacante. As viagens ou não existem, como é próprio da era do jato, em que somos transportados em velocidade superior à do nosso poder de percepção e de ruminação de impressões, ou existem demais como burocracia de passaporte, filas, falta de vaga em hotel, atrasos, moeda aviltada, alfândega, pneu estourado no ermo, que mais?

Tudo aboli e fiz a experiência das férias propriamente ditas. Se me pedirem para contar o que fiz afinal nestas férias, direi lealmente: ignoro. Aos convites disse não, alegando estar em férias, alegação tão forte como a de estar ocupadíssimo. Durante esse período, o pensamento errou entre mil paragens, não se deteve em nenhuma; cada dia amadureceu e caiu como um fruto. Nada aconteceu? O não acontecimento é a essência das férias. E agora, é trabalhar duro onze meses para merecer as inofensivas e deliciosas férias do não.

(ANDRADE, Carlos Drummond. **Cadeira de balanço**. 22a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 69-71)

7. O autor do texto, diante da perspectiva de tirar férias,
- (A) define-se como um amador a quem falta toda a experiência dos turistas mais convictos.
 - (B) reluta em aceitar gozá-las no sentido convencional, mas acaba por fruir uma boa viagem.
 - (C) mostra-se desconfiado diante das ofertas de viagem que lhe parecem tão sedutoras.
 - (D) declara sua impossibilidade de extrair algum prazer do esforço que elas lhe demandam.
 - (E) afirma que elas não o seduzem como a dura atividade há muito já imposta aos romanos.
8. No preciso contexto do 3º parágrafo, o autor se vale da expressão
- (A) *a essência das férias* pensando na energia que é preciso investir para desfrutá-las.
 - (B) *Tudo aboli* para referir-se ao repouso a que deveu renunciar durante suas férias.
 - (C) *férias propriamente ditas* para ressaltar o sentido usual que a elas se atribui.
 - (D) *Aos convites disse não* referindo-se a propostas de repouso e retiro contemplativo.
 - (E) *o pensamento errou* indicando com isso o movimento de suas difusas ideias a vagar.

9. *Nada aconteceu? O não acontecimento é a essência das férias.*

No trecho acima (3º parágrafo), com as expressões de sentido negativo, o autor pretende

- (A) relativizar o valor positivo de uma recusa.
- (B) ignorar o que há de mal em tirar férias.
- (C) ressaltar os transtornos de quem não gosta das férias.
- (D) ironizar quem se ilude com a vantagem de um repouso.
- (E) transformar em exclusão o que deveria ser incluído.



10. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) É trabalhar duro para fazer jus de novas férias.
 - (B) A noção de férias está vinculada à figuras de linguagem.
 - (C) Restringindo-me a essa minha concepção, resolvi tirar férias.
 - (D) A pressa é um elemento constitutivo na era do jatos.
 - (E) Disse não aos convites, sobre a alegação de motivos pessoais.
-
11. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Há quem imagine que, tirar férias, seja submeter-se, a um sem-número de outras atividades.
 - (B) É trabalhar duro, agora, para merecer, de fato, as futuras e deliciosas férias do não.
 - (C) A certa altura diz, o cronista, que nada acontecer é um meio sim, de definir as férias.
 - (D) Ele alegou: que estava em férias, por isso não podendo atender, a tantos convites.
 - (E) Talvez fosse melhor, em vez de férias comuns fazer um retiro, evitando sobressaltos?

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo.

Direito natural e direito dos homens

O direito natural é aquele que a natureza mesma determina a todos os homens. Educastes vossos filhos, ele vos deve respeito como seu pai, reconhecimento como seu benfeitor. Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.

O direito humano só pode ser fundado no direito da natureza, e o grande princípio, o princípio universal de um e outro, é em toda terra: "Não faças o que não gostarias que te fizessem".

Contentam-se alguns, noutras terras, em afirmar: "Crê em mim, ou eu te odiarei; crê, ou te farei todo o mal que eu puder. Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma."

O direito da intolerância é, então, absurdo e bárbaro: é o direito dos tigres, sendo no entanto bem pior, pois os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos.

(Adaptado de: VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. Trad. Ana Luiza Reis Bedê. São Paulo: Martim Cererê, 2017, p. 36)

12. De acordo com Voltaire, o direito natural e o direito dos homens
- (A) mantêm entre eles um grau de tolerância recíproca altamente inspiradora.
 - (B) complementam-se, acima de qualquer pressuposto de hierarquização ou precedência.
 - (C) inspiram-se reciprocamente ao longo da história, numa permanente relação dialética.
 - (D) ligam-se pela absorção dos fundamentos da natureza pelos do direito humano.
 - (E) caracterizam-se pelo afastamento que mantêm de valores morais ou de mérito.
-
13. Analisando-se a relação entre os parágrafos do texto, é coerente afirmar que
- (A) o 2º e o 3º parágrafos ligam-se pela exemplificação dos princípios universais que devem ligar o homem à natureza.
 - (B) o conceito de direito presente no 1º parágrafo contesta o conceito de direito presente no 2º parágrafo.
 - (C) o que se declara entre aspas no 3º parágrafo exemplifica a intolerância a que se refere o 4º parágrafo.
 - (D) a expressão *direito sobre a terra*, do 1º parágrafo, ilustra um dos abusos acusados no 4º parágrafo.
 - (E) o *princípio universal* identificado no 2º parágrafo tem como contraponto antitético o *direito da intolerância*, no 4º parágrafo.
-
14. *Tendes direito sobre a terra que cultivastes com vossas próprias mãos.*
Transpondo-se adequadamente o tratamento verbal para 2ª pessoa do singular e a forma ativa para a passiva da frase acima, ela ficará:
- (A) Tem teu direito sobre a terra que tuas próprias mãos cultivam.
 - (B) Tens direito sobre a terra que cultivou-se por suas próprias mãos.
 - (C) Tens direito sobre a terra que foi cultivada por tuas próprias mãos.
 - (D) Tereis sobre a terra o direito que fora cultivado por tuas próprias mãos.
 - (E) Terás sobre a terra o direito de a cultivares com suas próprias mãos.
-
15. *Monstro, não tens a minha religião, então não tens religião nenhuma.*
A frase acima segue correta e explícita seu sentido coerente nesta outra forma:
- (A) Sendo o monstro que és, não tens a minha religião e, portanto, nenhuma outra.
 - (B) Ainda és um monstro, por que não tens minha religião, visto que não tens nenhuma.
 - (C) Por monstro que sejas, ao não teres religião, nenhuma religião virá a ter.
 - (D) Se és um monstro, não terás minha religião, nem terás nenhuma outra.
 - (E) Foste um monstro, não tendo minha religião, posto que nenhuma outra.



Matemática e Raciocínio Lógico

16. Ana compra uma revista por mês e um livro a cada dois meses. Em janeiro de 2021, ela comprou uma revista e um livro. O preço de um livro é 5 vezes o preço de uma revista. No final de dezembro, Ana constatou que gastou R\$ 546,00 em livros e revistas. Ao comprar um livro e uma revista, Ana gasta
- (A) R\$ 39,00
 (B) R\$ 78,00
 (C) R\$ 65,00
 (D) R\$ 52,00
 (E) R\$ 26,00

17. Considere todos os números maiores do que 99 e menores do que 1000 tais que:
- todos os algarismos sejam distintos,
 - o algarismo da unidade é igual à soma dos outros dois algarismos.

A quantidade de números que obedecem a essas condições é:

- (A) 41
 (B) 16
 (C) 32
 (D) 64
 (E) 48
-
18. Em um fórum há processos trabalhistas, tributários, ambientais e regulatórios. Nesse fórum, $\frac{1}{5}$ dos processos são trabalhistas, $\frac{1}{7}$ são ambientais e os restantes são regulatórios ou tributários. Sabe-se que há 260 processos ambientais e que há, pelo menos, 100 processos tributários. A quantidade máxima de processos regulatórios é:
- (A) 1096
 (B) 1296
 (C) 1560
 (D) 1456
 (E) 1196

19. As idades de 19 entrevistados para uma vaga de emprego são:

23, 32, 45, 28, 27, 43, 18, 26, 25, 19, 26, 20, 41, 40, 21, 32, 29, 37, 32

É correto afirmar que a moda difere da mediana em

- (A) 1 ano.
 (B) 3 anos.
 (C) 5 anos.
 (D) 4 anos.
 (E) 2 anos.
-
20. Os amigos Leonardo, Marcos e Nilton encontram-se no aeroporto e cada um deles irá para uma cidade diferente: Campinas, Salvador e Belém, não necessariamente nessa ordem. Além disso, um deles está viajando a trabalho, outro para estudar e outro a passeio. São fornecidas as seguintes informações:
- Leonardo não vai trabalhar e não vai para Belém.
 - Marcos vai para Campinas, mas não é para estudar.
 - Um dos amigos vai para Belém a passeio.
- Considerando essas informações, é correto concluir que
- (A) Um dos amigos vai passear em Campinas.
 (B) Nilton não vai para Belém.
 (C) Marcos vai passear.
 (D) Leonardo vai para Salvador a passeio.
 (E) Um dos amigos vai estudar em Salvador.

21. Considere a expressão abaixo.

$$9 \left[\left(\frac{3}{5} \right)^{-1} - \frac{1}{9} \right] \left(\frac{0,2 - 10^{-1}}{0,01} \right) - \sqrt[3]{81}$$

O valor da expressão numérica é

- (A) 239
 (B) 133
 (C) 139
 (D) 137
 (E) 237

**Noções de Legislação**

22. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público ocupante de cargo em comissão
- (A) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá receber, obrigatoriamente, apenas a remuneração do primeiro cargo durante o período da interinidade.
 - (B) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
 - (C) não poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, por expressa vedação legal.
 - (D) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá receber, obrigatoriamente, apenas a remuneração do novo cargo durante o período da interinidade.
 - (E) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que receberá as duas remunerações durante o período da interinidade.
-
23. Bartolomeu é servidor público e, injustificadamente, recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, baseando-se apenas nas informações fornecidas, Bartolomeu será punido com
- (A) suspensão de até 30 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (B) suspensão de até 15 dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (C) suspensão de até 30 dias, não cessando os efeitos da penalidade se cumprida a determinação antes de referido prazo.
 - (D) demissão.
 - (E) advertência.
-
24. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e, entre outros, o seguinte princípio:
- (A) transparência, que se traduz na garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
 - (B) necessidade, que se traduz na garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
 - (C) adequação, que se traduz na realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
 - (D) livre acesso, que se traduz na compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
 - (E) responsabilização e prestação de contas, que se traduz na demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.
-
25. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 7ª Região, com relação ao Tribunal Pleno,
- (A) é de sua competência, em matéria administrativa, aprovar a escala anual de férias de seus membros, até 31 de dezembro de cada ano, para vigorar no ano seguinte.
 - (B) nos processos de sua competência, o Presidente do Tribunal receberá distribuição e votará com os demais Desembargadores do Trabalho, não lhe cabendo, entretanto, o voto de qualidade nos processos administrativos.
 - (C) não poderão nele funcionar simultaneamente Desembargadores do Trabalho convocados na condição de parentes consanguíneos na linha colateral até o quarto grau.
 - (D) é de sua competência, em matéria judicial, processar, conciliar e julgar originariamente o Incidente de Assunção de Competência (IAC) e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).
 - (E) poderão nele funcionar simultaneamente Juízes Titulares de Vara do Trabalho convocados na condição de cônjuges.



26. De acordo com a Resolução Normativa TRT da 7ª Região, nº 7/2024 (que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – TRT-7), a organização do trabalho e os(as) gestores(as)
- (A) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, promover visibilidade e reconhecimento das pessoas e do seu trabalho, de modo a fomentar a cooperação e o desempenho coletivo e individual.
 - (B) apenas de todas as unidades administrativas do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo, entretanto, solicitar mudança de lotação exclusivamente de servidor(a), não podendo fazê-lo com relação a estagiário(a), com fundamento no exercício de teletrabalho especial deferido com fundamento em Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 - (C) apenas de todas as unidades judiciárias de primeira ou segunda instâncias do TRT da 7ª Região deverão, dentre outras atribuições, aplicar as políticas institucionais vigentes de gestão de pessoas, saúde, inclusão e acessibilidade do Poder Judiciário.
 - (D) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, de primeira ou segunda instâncias, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo solicitar mudança de lotação apenas de estagiário(a), não podendo fazê-lo com relação ao(à) servidor(a), com fundamento no exercício de jornada reduzida.
 - (E) de todas as unidades administrativas ou judiciárias do TRT da 7ª Região, apenas de primeira instância, deverão, dentre outras atribuições, respeitar o exercício regular de direito, podendo, entretanto, solicitar mudança de lotação de servidor(a) ou de estagiário(a) com fundamento no gozo reiterado de licenças médicas.

Noções de Direitos Humanos

27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos
- (A) ratificados pelo Presidente da República Federativa do Brasil, independentemente de aprovação por qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) que forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
 - (C) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (D) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (E) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
28. De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:
- (A) "Discriminação racial" significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas apenas em raça ou cor que tem por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano de direitos humanos em qualquer domínio de vida pública.
 - (B) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a eles igual exercício de direitos humanos, ainda que tais medidas conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.
 - (C) Essa Convenção também se aplica às distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado Parte entre cidadãos e não cidadãos.
 - (D) Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o objetivo, dentre outros, de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais para proporcionar a tais grupos igual gozo de direitos humanos, podendo tais medidas prosseguir, de acordo com cada Estado Parte, após terem sido alcançados os seus objetivos.
 - (E) Nada nessa Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos Estados Partes, relativas à nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.



29. De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, os Estados Partes se comprometem a apresentar ao Comitê estabelecido para os Direitos da Criança, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na referida convenção e sobre os progressos alcançados no desempenho desses direitos em um prazo de
- (A) três anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (B) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
 - (C) dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada cinco anos, sendo que a cada cinco anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
 - (D) cinco anos, a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada dois anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.
 - (E) cinco anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado Parte na referida convenção e, a partir de então, a cada dois anos, sendo que a cada três anos o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas.
-
30. De acordo com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com relação ao Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário, este
- (A) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, cabendo ao Comitê, dentre outras atribuições, participar de eventos promovidos por entes públicos sobre temas relacionados aos objetivos do Comitê, não podendo, entretanto, participar de eventos promovidos por entidades privadas, tendo em vista ter sido instituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, organizar fóruns bienais de sensibilização sobre o julgamento com perspectiva de gênero nos órgãos do Poder Judiciário, com a participação, exclusivamente, de magistrados, para discussão de temas relacionados com as atividades do Comitê.
 - (C) será coordenado por um Conselheiro ou Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a participação de representantes exclusivamente da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho, além da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de representantes da academia e da sociedade civil.
 - (D) é instituído em caráter nacional e permanente, cabendo a ele, dentre outras atribuições, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema de justiça quanto às causas que envolvam direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional.
 - (E) é instituído em caráter nacional e provisório, cabendo a ele, dentre outras atribuições, realizar cooperação interinstitucional, dentro dos limites de sua finalidade, com entidades de natureza jurídica e social exclusivamente do Brasil que atuam na referida temática.
-
31. De acordo com a Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, considere:
- I. Reconhecimento de que o acesso de todas as pessoas aos Direitos Humanos deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas a grupos minoritários ou historicamente oprimidos, a fim de lhes possibilitar o igual acesso aos direitos e às oportunidades previstas em lei.
 - II. Categoria utilizada para abordar as hierarquias sociais e os mecanismos de controle social baseados no fenótipo. Tem por objetivo assinalar aspectos que dizem respeito à forma como traço/cor de indivíduos e pode designar elementos que compõem as desigualdades sociais.
 - III. Discriminação e preconceito baseado em idade, geralmente das gerações mais novas em relação às mais velhas.
- Para fins desse Programa, os conceitos acima descritos referem-se, respectivamente, a
- (A) equidade – raça – etarismo.
 - (B) equidade – raça – interseccionalidade.
 - (C) diversidade – raça – etarismo.
 - (D) equidade – etnia – etarismo.
 - (E) diversidade – etnia – interseccionalidade.



32. De acordo com a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, os Estados Partes

- (A) realizarão, na elaboração e na implementação de legislação e políticas para aplicar a referida Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, exceto crianças com deficiência, diretamente ou por intermédio de suas organizações representativas, sendo que, com relação às crianças com deficiência, os Estados Partes asseguram que nenhuma delas será separada de seus pais contra a vontade destes, em nenhuma hipótese.
- (B) assegurarão, para a realização do direito à educação das pessoas com deficiência, que estas possam ter acesso ao ensino primário e secundário inclusivos, de qualidade e gratuitos e que não sejam as crianças com deficiência excluídas do ensino primário ou secundário gratuitos e compulsórios sob alegação de deficiência ou qualquer outro fundamento.
- (C) organizarão, fortalecerão e ampliarão serviços e programas completos de habilitação e reabilitação, particularmente nas áreas de saúde, emprego, educação e serviços sociais, de modo que esses serviços e programas comecem no estágio mais precoce possível e sejam baseados em avaliação multidisciplinar das necessidades e pontos fortes de cada pessoa e apoiem a participação e a inclusão na comunidade e em todos os aspectos da vida social, sejam oferecidos voluntariamente e estejam disponíveis às pessoas com deficiência o mais próximo possível de suas comunidades, inclusive na zona rural.
- (D) tomarão todas as medidas necessárias para assegurar que as pessoas com deficiência exerçam seu direito à liberdade de expressão em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, entre as quais, fornecer prontamente, a custo adicional acessível, às pessoas com deficiência e a seus familiares, as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência.
- (E) tomarão medidas apropriadas exclusivamente para desenvolver a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade apenas das instalações e dos serviços abertos ao público, devendo, também, assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência.

33. Com relação ao disposto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, considere:

- I. Ninguém deve ser detido por dívida. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- II. Toda pessoa acusada de delito tem direito renunciável a, durante o processo, ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, obrigatoriamente remunerado, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei.
- III. A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita unicamente às limitações prescritas pela lei e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

34. De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), com relação aos "trabalhos forçados ou obrigatórios", é correto afirmar que

- (A) não serão assim considerados quando se tratar de cumprimento de pena de prisão, prevista na legislação de um país, imposta por um tribunal competente, sendo que as pessoas processadas não poderão receber tratamento distinto das condenadas, não podendo, como regra, delas serem separadas.
- (B) serão assim considerados quaisquer trabalhos ou serviços forçados, ainda que façam parte das obrigações cívicas normais.
- (C) serão assim considerados quaisquer serviços de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, quaisquer serviços nacionais que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência.
- (D) não serão assim considerados apenas os serviços exigidos em casos de calamidade e os trabalhos que fizerem parte das obrigações cívicas normais.
- (E) não serão assim considerados quaisquer serviços exigidos em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade.



Noções de Informática

35. O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em
- (A) Data e Hora e depois em Relógio e Região.
 - (B) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
 - (C) Data e Hora e depois em Configurar Data.
 - (D) Relógio e Região e depois em Região.
 - (E) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
-
36. Usando o Word no Microsoft Office 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o servidor de um Tribunal Regional do Trabalho produziu uma carta onde, em determinado local do texto, inseriu um endereço eletrônico. Quando fez isso, o Word criou um *hyperlink* para o endereço. Para excluir esse formato e deixar em texto normal, o servidor deve
- (A) acessar a guia Formatar, escolher Referências e clicar em Remover e-mail.
 - (B) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.
 - (C) clicar em Remover Hyperlink na opção Formatar Hyperlink na guia Formatar.
 - (D) acessar a guia Referências, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover e-mail.
 - (E) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink*, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover Hyperlink.
-
37. Tendo uma planilha Google já salva no Google Drive, uma das formas de compartilhá-la sem permitir a edição de outras pessoas é: clicar com o botão direito do mouse sobre ela, escolher Compartilhar, depois escolher novamente Compartilhar, na janela exibida adicionar os e-mails dos participantes e,
- (A) em Permitir edição, clicar em "Não".
 - (B) no Acesso Geral, escolher Não Permitir Edição e clicar em Concluído.
 - (C) no Acesso Restrito, escolher Todos os Participantes e clicar em "Sim".
 - (D) em Permitir Edição, escolher Acesso Restrito e clicar em "Sim".
 - (E) no Acesso Geral, escolher Restrito e clicar em Concluído.
-
38. No Gmail, um marcador é adicionado para organizar e categorizar e-mails de maneira eficiente. Ao adicionar um novo marcador, é possível subordiná-lo a um marcador pai. O Gmail permite essa operação na janela apropriada, na opção
- (A) Aplicar o marcador como pai de:
 - (B) Subordinar submarcador em:
 - (C) Organizar marcador em:
 - (D) Incluir marcador na árvore de:
 - (E) Editar nome do marcador pai:
-
39. No *prompt* de comando do Windows 10 é possível obter o endereço IPv4 do computador
- (A) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.
 - (B) clicando em `alt+F12`.
 - (C) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
 - (D) clicando em configuração, digitando `exibir ip` e, após, pressionando Enter.
 - (E) digitando o comando `ipv4` e, após, pressionando Enter.
-
40. Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho identificou um *malware* do tipo *screenlogger* em seu computador, o qual
- (A) propaga-se automaticamente pelas redes, explorando vulnerabilidades nos sistemas e aplicativos instalados e enviando cópias de si mesmo de dispositivo para dispositivo.
 - (B) captura e armazena as teclas digitadas. Sua ativação, em muitos casos, é condicionada a uma ação prévia do usuário, como o acesso a um *site* específico de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*.
 - (C) é projetado para espionar o dono do dispositivo, que não autorizou e não sabe que tal código está instalado. As informações coletadas são enviadas para quem induziu sua instalação.
 - (D) armazena a posição do cursor e a tela apresentada no monitor, ou a região que circunda determinada posição, nos momentos em que o mouse é clicado.
 - (E) permite o retorno de um invasor a um dispositivo comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

41. De acordo com a Constituição Federal,
- (A) apenas a ação de *habeas data* é gratuita, e, na forma da lei, são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, bem como, independentemente da condição social, são gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
 - (B) apenas a ação de *habeas corpus* é gratuita, e, na forma da lei, são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, bem como, independentemente da condição social, são gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
 - (C) apenas a ação de *habeas corpus* é gratuita, e, na forma da lei, são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, bem como, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, são gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
 - (D) as ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas, e, na forma da lei, são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, bem como, independentemente da condição social, são gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
 - (E) as ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas, e, na forma da lei, são gratuitos os atos necessários ao exercício da cidadania, bem como, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, são gratuitos o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
-
42. De acordo com a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal
- (A) tem competência para julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida, dentre outras hipóteses, julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - (B) será competente para julgar reclamação cabível do ato administrativo que contrariar súmula aplicável e, julgando-a procedente, não anulará o ato administrativo, mas determinará que nos próximos atos seja ela observada e aplicada.
 - (C) compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre advogados com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) tem competência para processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias, além da revisão criminal e ação rescisória de seus julgados.
 - (E) poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante exclusivamente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
-
43. Moacyr é empregado sindicalizado e foi eleito para cargo de representação sindical como suplente. Ocorre que a empresa onde Moacyr trabalha pretende dispensá-lo sem justa causa seis meses após o final de seu mandato. De acordo com a Constituição Federal, Moacyr
- (A) poderá ser dispensado, pois é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até três meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (B) não poderá ser dispensado, pois é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (C) não poderá ser dispensado, pois é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (D) poderá ser dispensado, pois é permitida a dispensa do empregado sindicalizado eleito como suplente a qualquer tempo, independentemente de ter ou não cometido falta grave nos termos da lei.
 - (E) poderá ser dispensado, pois é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato, podendo ser dispensado, portanto, desde o primeiro dia após o fim de referido mandato.
-
44. Felícia é brasileira, professora aposentada, tem sessenta e cinco anos de idade e pretende se candidatar ao cargo de Vereadora de determinado Município. De acordo com a Constituição Federal e com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, para Felícia o alistamento eleitoral e o voto são
- (A) proibidos, em razão da idade que possui, não podendo se candidatar ao cargo que pretende.
 - (B) obrigatórios, podendo se candidatar ao cargo que pretende.
 - (C) facultativos, podendo se candidatar ao cargo que pretende.
 - (D) obrigatórios, não podendo se candidatar ao cargo que pretende, em razão de sua idade.
 - (E) facultativos, não podendo se candidatar ao cargo que pretende, em razão de sua idade.



45. Suponha-se que o Presidente da República, na vigência de seu mandato, pratique crime de responsabilidade. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação hipotética, admitida a sua acusação, por dois
- (A) quintos do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo e, se decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (B) terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (C) quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal e, se decorrido o prazo de cento e vinte dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (D) terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (E) terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, e, se decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
-
46. De acordo com a Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República, dentre outras, as leis que disponham sobre
- (A) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.
 - (B) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, não sendo de sua iniciativa as leis que disponham sobre o aumento da remuneração referente a esses cargos.
 - (C) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos e estabilidade, não sendo de sua iniciativa as leis que disponham sobre aposentadoria desses servidores.
 - (D) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública somente do Distrito Federal e dos Territórios.
 - (E) criação de cargos, funções ou empregos públicos exclusivamente na administração direta.

Direito Administrativo

47. Josué foi nomeado para ocupar cargo comissionado de assessor técnico de gabinete em uma secretaria de estado. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre o regime jurídico dos servidores públicos, pode-se concluir que
- (A) a nomeação de Josué foi precedida de concurso público de títulos e documentos, procedimento simplificado em relação aos cargos de provimento efetivo.
 - (B) Josué não precisou se submeter a concurso público para ser nomeado, detendo vínculo precário com a Administração Pública e, portanto, de livre exoneração.
 - (C) após o decurso do prazo de 3 anos, Josué poderá prover cargo efetivo do quadro permanente da Administração Pública.
 - (D) a nomeação de Josué é inconstitucional, tendo em vista que os cargos em comissão somente podem se destinar a atribuições de direção e de chefia.
 - (E) a regularidade da nomeação depende a existência de vínculo funcional de servidor efetivo de Josué, condição para ocupar o cargo comissionado.
-
48. Enquanto responde a inquérito criminal por crime de abuso de autoridade, o servidor ao qual foi imputada a conduta, praticada no exercício do cargo,
- (A) pode ser processado por infração disciplinar, mas não por ato de improbidade, considerando a identidade de natureza com o crime de abuso de autoridade.
 - (B) não terá computado o tempo de exercício ou de serviço.
 - (C) não pode ser processado por ato de improbidade ou por infração disciplinar, dada a natureza preferencial da responsabilidade criminal.
 - (D) tem o pagamento dos vencimentos imediatamente suspensos, independentemente de processo administrativo, até decisão final do inquérito criminal.
 - (E) também pode responder a processo administrativo disciplinar, considerando a independência de instâncias, em especial se for identificada a existência de infração residual para a conduta do servidor.



49. A contratação de uma concessão de serviço público deve ser precedida de licitação, realizada por meio da modalidade
- (A) pregão ou, caso o objeto envolva especificidades, como inovação técnica ou tecnológica, também da modalidade concorrência.
 - (B) concorrência ou leilão, este desde que realizado por leiloeiro oficial público.
 - (C) concorrência ou, diante de determinadas condições, como objeto que envolva inovação tecnológica, também da modalidade diálogo competitivo.
 - (D) concorrência ou diálogo competitivo, salvo se precedida de obra pública, hipótese em que aplicável apenas a concorrência.
 - (E) diálogo competitivo, em razão da maior amplitude competitiva ou, excepcionalmente, concorrência, incluindo-se uma fase de lances.
-
50. A celebração de um contrato de parceria público-privada compreende
- (A) cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão patrocinada, além de contraprestação pelo Poder Público, a exemplo de repasse de recursos financeiros ou cessão de créditos não tributários.
 - (B) cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão administrativa, além de contraprestação pelo Poder Público por meio de repasse de recursos financeiros e de outros meios, como cessão de créditos não tributários.
 - (C) contraprestação pelo Poder Público, apenas por meio de pagamento com recursos financeiros, além de cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão patrocinada.
 - (D) contraprestação pelo Poder Público, por meio de outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, além de cobrança de tarifa do usuário do serviço público em qualquer de suas modalidades contratuais.
 - (E) cobrança de tarifa do usuário do serviço público em qualquer de suas modalidades contratuais, além de admitir pagamento de contraprestação pelo Poder Público.
-
51. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, o regime jurídico dos contratos confere prerrogativas à Administração Pública, a exemplo da
- (A) possibilidade de fiscalizar o contrato, com imposição de sanções mediante autorização judicial.
 - (B) possibilidade de rescisão unilateral do ajuste, diante de interesse público, independentemente de notificação da contratada.
 - (C) faculdade de aplicação de sanções à contratada no caso de descumprimento do contrato, independentemente de sua oitiva ou oportunidade de defesa.
 - (D) possibilidade de ocupar provisoriamente bens imóveis da contratada, utilizando seu pessoal, quando houver risco à prestação de serviços essenciais, com vistas a evitar interrupção.
 - (E) possibilidade de alteração unilateral quantitativa, limitada a 50% do valor atualizado do contrato, quando se trata de contrato de obras ou de aquisição de bens.
-
52. O controle externo dos atos da Administração Pública pode incluir a
- (A) sustação de contrato eivado de vício de legalidade pelo Tribunal de Contas, precedida de comunicação à Administração Pública, que poderá lançar mão de seu poder de revisão.
 - (B) sustação da execução de ato eivado de vício de legalidade pelo Tribunal de Contas, caso não atendida a ordem pela Administração Pública.
 - (C) anulação de atos discricionários por critérios de conveniência e oportunidade, pela Administração Pública Indireta.
 - (D) revogação de atos discricionários por critérios de legalidade, pelo Poder Judiciário.
 - (E) anulação de ato administrativo eivado de vício de legalidade pelo Tribunal de Contas, apurado por meio de representação externa.
-
53. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a caracterização de ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito exige, para aplicação de outras penalidades, além de multa, que o agente público tenha
- (A) praticado ação ou omissão, dolosa ou culposa, que tenha ensejado incremento patrimonial incompatível com seus rendimentos de servidor público efetivo, comissionado ou de empregado público temporário ou permanente.
 - (B) agido, ao menos, culposamente, para, por meio do vínculo funcional na organização do Estado, auferir acréscimo patrimonial indevido.
 - (C) recebido vantagem econômica e causado prejuízo ao erário, agindo com dolo específico.
 - (D) adotado conduta que tenha gerado acréscimo patrimonial, por meio de cargo público provido mediante concurso público.
 - (E) auferido vantagem patrimonial indevida, na forma do rol constante da norma, com dolo específico, em razão do cargo, função ou outro vínculo que detenha na organização do Estado.

**Direito do Trabalho**

54. Cleópatra trabalha para o Buffet Infantil Mimo & Cia prestando serviços mediante contrato de trabalho intermitente. A trabalhadora recebeu oferta em uma segunda-feira, para comparecer ao trabalho na próxima sexta-feira, sábado e domingo imediatamente seguintes ao dia da oferta, para laborar por 4 horas diárias, pactuando o valor de R\$ 50,00 por hora trabalhada. Sem justo motivo, Cleópatra deixa de comparecer à convocação, causando transtorno ao empregador. Nessa situação, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, Mimo & Cia
- (A) poderá aplicar multa à empregada no importe de R\$ 400,00 referente a 2 dias de trabalho, a ser paga no prazo de 30 dias, permitida a compensação dentro do mesmo prazo.
 - (B) poderá aplicar multa à empregada no importe de R\$ 200,00 referente a 1 dia de trabalho, a ser paga no prazo de 30 dias, vedada a compensação.
 - (C) não poderá aplicar multa à empregada, apenas deverá permitir que a mesma compense a ausência dentro do prazo de 60 dias.
 - (D) poderá aplicar multa à empregada no importe de R\$ 300,00, a ser paga no prazo de 30 dias, permitida a compensação dentro do mesmo prazo.
 - (E) não poderá aplicar multa à empregada, apenas deverá permitir que a mesma compense a ausência dentro do prazo máximo de 15 dias.
-
55. Lucas, enfermeiro do Hospital Dores do Mundo, trabalha em ambiente exposto a agentes insalubres, havendo laudo ambiental realizado por engenheiro da empregadora que enquadra o seu setor como insalubre em grau médio. Sabendo-se que o salário de Lucas é de R\$ 2.000,00 e o salário mínimo vigente é de R\$ 1.300,00, na situação descrita, o empregado faz jus, de acordo com a legislação vigente, ao respectivo adicional de insalubridade de
- (A) R\$ 420,00
 - (B) R\$ 400,00
 - (C) R\$ 260,00
 - (D) R\$ 390,00
 - (E) R\$ 600,00
-
56. De acordo com a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, o valor do repouso semanal remunerado majorado em decorrência da integração das horas extras habituais,
- (A) deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, apenas na hipótese de o empregado perceber adicional de periculosidade, tendo em vista a situação gravosa a que se expõe o empregado.
 - (B) não deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, configurando *bis in idem* por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - (C) deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, apenas das férias e da gratificação natalina, excluindo-se aviso prévio e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - (D) não deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, configurando *bis in idem* por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina e do aviso prévio cabendo apenas em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - (E) deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, não configurando *bis in idem* por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
-
57. Considere a seguinte situação hipotética: O sindicato dos empregados em restaurantes de Fortaleza está pactuando juntamente com o Restaurante Prato Cheio, localizado na Praia de Iracema, novo Acordo Coletivo, visando a manutenção dos postos de trabalho dos 45 empregados do estabelecimento. Entre suas cláusulas, estão:
- I. redução por 12 meses do percentual de depósitos de FGTS para 5%.
 - II. redução do intervalo para 30 minutos dos empregados com jornada de 8 horas.
 - III. alteração das datas de feriados, para que recaiam às segundas-feiras.
 - IV. equiparação da remuneração da jornada noturna com a diurna pelo prazo de 90 dias.
 - V. redução da gratificação natalina para 80% da remuneração, em troca de folgas compensatórias equivalentes, pelo prazo de 18 meses.
- Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, são consideradas cláusulas lícitas as constantes APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e V.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, III e IV.



58. Demóstenes figurou como sócio da empresa Azul Celeste de 5/9/1999 a 10/3/2021, quando se retirou da mesma, tendo registrado sua saída no órgão competente em 1/1/2022. Afrodite foi empregada da referida empresa até novembro de 2022, tendo ingressado com reclamação trabalhista em 10/4/2023, cobrando verbas que entende ser credora. Na situação narrada, conforme previsão no ordenamento legal, Demóstenes
- (A) poderá ser responsabilizado pelos eventuais créditos de Afrodite, eis que da averbação da saída do mesmo da sociedade não decorreram três anos até a propositura da ação, prazo que a lei prevê para a exclusão de sua responsabilidade, mas na hipótese sua responsabilidade será apenas subsidiária, salvo a existência de fraude.
 - (B) não responderá pelas verbas pleiteadas por Afrodite por ter deixado a empresa há mais de dois anos antes da propositura da ação, que tem como marco inicial a data da efetiva saída, independentemente da sua averbação no órgão competente.
 - (C) poderá ser responsabilizado pelos eventuais créditos de Afrodite, eis que da averbação da saída do mesmo da sociedade não decorreram dois anos até a propositura da ação, mas na hipótese sua responsabilidade será apenas subsidiária, salvo a existência de fraude.
 - (D) poderá ser responsabilizado pelos eventuais créditos de Afrodite, eis que da averbação da saída do mesmo da sociedade não decorreram dois anos até a propositura da ação, e na hipótese sua responsabilidade será sempre solidária.
 - (E) não responderá pelas verbas pleiteadas por Afrodite por ter deixado a empresa há mais de 1 ano antes da propositura da ação, prazo que a lei prevê para exonerá-lo de qualquer responsabilidade pretérita.
-
59. Melquíades é empregado da Empresa de Vigilância Positivo & Operante e já completou 1 ano na empresa, estando apto a gozar férias. O empregado completou 51 anos há 15 dias. Na situação descrita, conforme previsão legal, Melquíades tem direito de usufruir de 30 dias de férias, período que
- (A) deverá ser concedido, em virtude da idade do empregado, de uma só vez pelo empregador, não podendo ser fracionado.
 - (B) poderá ser fracionado, com a concordância do empregado, em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos.
 - (C) poderá ser fracionado, com a concordância do empregado, em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser menor do que 10 dias úteis.
 - (D) poderá ser fracionado, independente da concordância do empregado, pelo poder potestativo do empregador, em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias úteis.
 - (E) poderá ser fracionado, em virtude da idade do empregado, no máximo em 2 períodos, sendo um deles de, no mínimo, 20 dias corridos, independente da concordância do empregado.
-
60. De acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho acerca do instituto da equiparação salarial,
- (A) os empregados comparados, para fazerem jus ao mesmo salário, dentre outros requisitos, devem prestar serviços dentro de um mesmo município, ainda que em estabelecimentos distintos da empresa.
 - (B) não será possível tal equiparação se os empregados comparados possuírem, dentre outros requisitos, diferença de tempo na função superior a 1 ano.
 - (C) na hipótese de a empresa possuir plano de cargos e salários, não será possível a obtenção do direito a igual salário entre dois empregados, desde que referido plano preveja obrigatoriamente promoções alternadas por antiguidade e por merecimento.
 - (D) o quadro organizado de carreira será impeditivo para o direito à equiparação salarial, independentemente de haver ou não registro em órgão público competente, ou homologação pela entidade sindical.
 - (E) não será possível tal equiparação se os empregados comparados possuírem, dentre outros requisitos, diferença de tempo na empresa superior a 2 anos.

Direito Processual do Trabalho

61. A Loja de Móveis Conforto Ltda. recebeu a notificação da sentença da reclamação trabalhista que lhe move José Carlos num sábado, por via postal. De acordo com o entendimento sumulado do TST, o início do prazo para recurso se dará
- (A) na terça-feira e a contagem do prazo também será iniciada na terça-feira, se dia útil.
 - (B) na segunda-feira e a contagem do prazo também será iniciada na segunda-feira, se dia útil.
 - (C) na segunda-feira e a contagem do prazo terá início na terça-feira, se forem dias úteis.
 - (D) no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na terça-feira, se dia útil.
 - (E) no sábado e a contagem do prazo será iniciada na segunda-feira, se dia útil.



62. Após várias negociações entre o sindicato dos professores e o sindicato dos estabelecimentos de ensino para celebração de convenção coletiva de trabalho, os esforços restaram infrutíferos, razão pela qual o sindicato dos empregados ajuizou dissídio coletivo que, depois de processado nos moldes da lei, teve sentença normativa proferida. Ocorre que o sindicato dos empregadores não concorda com algumas das cláusulas fixadas, pretendendo recorrer da decisão. No caso, o sindicato dos empregadores deverá ingressar com
- (A) agravo regimental para o TST.
 - (B) recurso de revista para o TRT.
 - (C) recurso de revista para o TST.
 - (D) recurso ordinário para o TRT.
 - (E) recurso ordinário para o TST.
-
63. Celeste teve julgada procedente em parte sua reclamação trabalhista. Com o trânsito em julgado, iniciou-se a fase executória, tendo o juiz lhe concedido prazo para apresentar cálculos de liquidação, o que foi apresentado. Destes cálculos, a empresa executada foi intimada a se manifestar, mas ficou-se inerte. Em seguida, o juiz homologou os cálculos de Celeste e citou a executada para pagamento. A executada apresentou guia de depósito do valor homologado e, 5 dias após, interpôs embargos à execução, refutando os cálculos homologados, entendendo que estavam majorados. Diante da situação retratada e conforme a CLT, é correto afirmar:
- (A) Os embargos não serão apreciados, pois somente com apresentação de seguro-garantia judicial é que fica garantido o juízo e não pelo depósito.
 - (B) Houve preclusão do direito de impugnação da executada, uma vez que silenciou acerca dos cálculos no primeiro momento, logo, o mérito dos embargos não será apreciado.
 - (C) Os embargos à execução são a medida correta, obedecendo a executada o prazo processual e a garantia do juízo, razão pela qual serão apreciados.
 - (D) Os embargos não serão apreciados posto que são intempestivos, já que o prazo para sua interposição é de 3 dias.
 - (E) Somente com a penhora de bens inicia-se o prazo para interposição de embargos à execução, não se prestando o depósito judicial para tal fim.
-
64. Na reclamação trabalhista movida por Paulo em face da Pães Forno Quentinho Ltda. estão sendo requeridas somente o pagamento das verbas rescisórias pela extinção do contrato de trabalho. Na defesa, a reclamada alegou que Paulo foi dispensado por justa causa, por ter cometido uma falta grave, não tendo direito a nenhuma verba. Na audiência de instrução, cada parte convocou duas testemunhas e, após ouvir os depoimentos pessoais e considerando a tese da contestação, o juiz decidiu ouvir primeiramente as testemunhas da reclamada e após as do reclamante. Diante do que foi narrado e da previsão contida na CLT,
- (A) o juiz deveria ter inquirido as partes se estavam de acordo com a inversão da oitiva das testemunhas e, somente com a concordância de ambas, poderia ter ouvido primeiro as testemunhas do reclamado. Se uma das partes, ou ambas, não concordassem, não poderia o juiz ter agido por conta própria, sendo que neste caso, causou uma nulidade no processo.
 - (B) somente se fosse objeto de pedido de uma das partes poderia o juiz inverter a ordem da oitiva das testemunhas, devendo, portanto, a parte se insurgir para posterior ingresso com recurso pertinente contra a conduta do mesmo.
 - (C) cabe ao juiz a condução do processo, podendo alterar a ordem de realização das provas, inclusive a oitiva de testemunhas, tendo em vista as alegações das partes, adequando-as às necessidades do conflito.
 - (D) não está correto o Juiz, pois as testemunhas do reclamante sempre devem ser ouvidas primeiro que as do reclamado, em consonância com os princípios do contraditório e ampla defesa.
 - (E) a CLT nada dispõe sobre a ordem de produção de provas, assim fica a critério do magistrado a definição, inclusive a ordem de produção da prova oral e a quantidade de testemunhas admitidas.
-
65. Antônio trabalhou na Metalúrgica Aço Nobre Ltda., cuja sede está situada em Belo Horizonte/MG. Após ser dispensado, mudou-se para Fortaleza/CE e nesta cidade ajuizou reclamação trabalhista em face de seu ex-empregador. Este, após ser notificado em Goiânia, logo no segundo dia apresentou exceção de incompetência territorial. O juiz suspendeu o processo e conferiu vista ao excepto. Em seguida proferiu decisão acolhendo a exceção e determinando a remessa dos autos ao juízo distribuidor de Goiânia, local onde os serviços foram prestados por Antônio e que, no entendimento do magistrado, seria o juízo competente para processar a reclamação trabalhista. Diante da situação narrada e, de acordo com a CLT e entendimento sumulado do TST, Antônio
- (A) deverá interpor agravo de instrumento.
 - (B) deve se precaver e consignar seus "protestos" para posteriormente insurgir-se contra a decisão em preliminar de recurso ordinário.
 - (C) nada poderá fazer de imediato, por se tratar de decisão interlocutória.
 - (D) deverá impetrar Mandado de Segurança com pedido de liminar para que a reclamação fique em Fortaleza, até a sentença definitiva.
 - (E) poderá ingressar com recurso ordinário no prazo de oito dias.



66. Em uma greve ocorrida há dez dias dentro da Indústria de Papel e Celulose XY Ltda., Martin, dirigente sindical e empregado da referida empresa, agrediu fisicamente Silvano, também empregado da empresa, membro eleito pelos empregados para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) que revidou a agressão física, tendo as imagens sido gravadas pelas câmeras de segurança da empresa. O dono da indústria, diante do ocorrido, suspendeu Martin e, dentro de 30 dias ingressou com inquérito para apuração de falta grave na Justiça do Trabalho. Ainda, dispensou imediatamente por justa causa Silvano, pagando as verbas rescisórias devidas. De acordo com o disposto na CLT e no entendimento pacificado do TST,
- (A) a ação do dono da indústria foi correta, uma vez que apenas para o dirigente sindical é necessário o ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave para sua dispensa por justa causa.
 - (B) para Silvano, também é necessário o ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave para que ocorra sua dispensa por justa causa, mas, não há necessidade de suspensão de seu contrato de trabalho, que pode ser rescindido de imediato.
 - (C) o dono da indústria não agiu corretamente, uma vez que é necessário o ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave para dispensa por justa causa de ambos os empregados.
 - (D) o dono da indústria agiu corretamente em relação a Martin, mas deixou de observar o devido prazo para ajuizamento do inquérito, que é de 10 dias.
 - (E) o inquérito para apuração de falta grave deve ser ajuizado perante a Justiça Comum, não sendo competente a Justiça do Trabalho para julgá-lo.

67. Sabendo que:

- I. A Instituição Céu é uma entidade sem fins lucrativos.
- II. Rosemary é uma empregadora doméstica.
- III. O Instituto Sonhar é uma entidade filantrópica.
- IV. Sônia é uma microempreendedora individual.

Considere que todas elas são empregadoras e têm contra si reclamações trabalhistas, sendo que nenhuma delas comprovou ter as condições para ser beneficiária de justiça gratuita e também que nenhuma está em recuperação judicial. Nos termos da CLT, estará isenta de efetuar o depósito recursal para recorrer de uma sentença desfavorável:

- (A) A Instituição Céu, apenas.
- (B) A Instituição Céu e o Instituto Sonhar, apenas.
- (C) A Instituição Céu, Rosemary, o Instituto Sonhar e Sônia.
- (D) O Instituto Sonhar, apenas.
- (E) Rosemary e Sônia, apenas.

Direito Civil

68. Considere as seguintes assertivas acerca das benfeitorias na legislação civil:

- I. Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- II. As benfeitorias úteis são aquelas que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.
- III. As benfeitorias necessárias são as que aumentam ou facilitam o uso do bem.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) II.

69. Pedro, 18 anos, está diante de situação em que há disposição legal expressa no sentido de que determinado ato é anulável, sem que, no entanto, tal dispositivo estabeleça prazo específico para pleitear sua anulação. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, para buscar a referida anulação, Pedro deverá observar o prazo de

- (A) 4 anos, a contar da conclusão do ato.
- (B) 4 anos, contados do início do ato.
- (C) 2 anos, a contar da conclusão do ato.
- (D) 3 anos, a partir da conclusão do ato.
- (E) 5 anos, contados do início do ato.



70. De acordo com a legislação civil acerca da transmissão das obrigações,
- (A) após a assunção da dívida, o novo devedor pode opor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
 - (B) é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor sem o exposto consentimento do credor, bastando sua cientificação.
 - (C) salvo disposição em contrário, a cessão de um crédito não abrange os seus acessórios.
 - (D) ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
 - (E) o credor pode ceder seu crédito em qualquer hipótese, sendo vedada estipulação em sentido contrário.
-
71. Márcia deseja exercer atividade empresarial por meio da constituição de uma sociedade limitada, mas possui dúvidas sobre as normas que regem a referida pessoa jurídica de direito privado. A partir do que dispõe o Código Civil sobre o tema, ela deve ser orientada que:
- (A) após a integralização das quotas, é vedada a redução do capital social.
 - (B) as deliberações infringentes do contrato social ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos sócios que expressamente as aprovaram.
 - (C) para a constituição da sociedade limitada são necessários, ao menos, dois sócios.
 - (D) enquanto o capital social não estiver integralizado, a administração da sociedade limitada deve ser atribuída apenas a sócios.
 - (E) na sociedade empresária limitada, é permitida a contribuição para o capital social consistente em prestação de serviços.
-
72. Deise estava jogando vôlei com seu filho quando, acidentalmente, a bola caiu no imóvel de sua vizinha Cássia, a qual se recusou a devolver o objeto. Com base nessa situação hipotética e à luz da legislação acerca do direito de vizinhança, Cássia
- (A) faz jus ao pagamento de indenização, pelo fato de que um objeto caiu em seu imóvel, independentemente de dano.
 - (B) é obrigada a tolerar que Deise ingresse em seu imóvel, ainda que devolva a bola prévia e voluntariamente.
 - (C) tem o direito de apoderar-se da bola que está em seu imóvel.
 - (D) é obrigada a tolerar que Deise entre em seu imóvel para pegar a bola, mesmo sem prévio aviso.
 - (E) é obrigada a tolerar que Deise entre em seu imóvel, mediante prévio aviso, para pegar a bola.
-
73. De acordo com o disposto no Código Civil, são herdeiros necessários
- (A) os descendentes e o cônjuge, apenas.
 - (B) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
 - (C) os descendentes, o cônjuge e os irmãos.
 - (D) os descendentes, apenas.
 - (E) o cônjuge, apenas.

Direito Processual Civil

74. João, pessoa física, foi envolvido como réu em ação de conhecimento de reparação de danos. A carta contendo o mandado de citação foi enviada ao seu endereço e recebida por funcionário. João reside em condomínio edifício e estava indicada a unidade habitacional em que reside na carta de citação. Nesse caso, a citação é considerada
- (A) válida, caso a entrega do mandado tenha sido feita a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.
 - (B) inválida, pois a modalidade de citação por carta pressupõe o esgotamento das tentativas de citação pessoal por Oficial de Justiça.
 - (C) inválida, pois somente poderia ter sido entregue ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, a assinatura do recibo.
 - (D) inválida, pois somente pessoa jurídica pode ser citada na modalidade de carta recebida por funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.
 - (E) válida, podendo ser recebida por qualquer funcionário do condomínio edifício, vez que indicada corretamente a unidade habitacional em que reside o citando.
-
75. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito do valor da causa,
- (A) nas ações em que houver pedido subsidiário, o valor da causa deve ser a soma dos pedidos principal e subsidiário.
 - (B) a toda causa será atribuído valor certo, com exceção das ações indenizatórias fundadas em dano moral.
 - (C) o juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão.
 - (D) o réu poderá impugnar, a qualquer momento processual, o valor atribuído à causa pelo autor.
 - (E) a impugnação ao valor da causa deve ser apresentada em incidente apartado, intimando-se o autor, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 dias.



76. O fiador demandado exclusivamente em ação de cobrança por parte do credor, caso queira incluir o devedor principal no polo passivo, poderá se valer
- (A) da oposição.
 - (B) do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
 - (C) da denunciação da lide.
 - (D) do chamamento ao processo.
 - (E) da assistência.
-
77. De acordo com o Código de Processo Civil, em se tratando de dívida não alimentar, é(são) penhorável(eis)
- (A) os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis, à falta de outros bens penhoráveis do executado.
 - (B) os honorários de profissional liberal.
 - (C) os bens móveis úteis ao exercício da profissão do executado.
 - (D) o seguro de vida do executado.
 - (E) a quantia inferior a 40 salários-mínimos depositada em caderneta de poupança.
-
78. Nas ações possessórias em que figure no polo passivo grande número de pessoas,
- (A) deve-se dar ampla publicidade da existência da ação, por meio de publicação de edital e na imprensa oficial, não podendo o juiz valer-se de meios não oficiais, como cartazes e anúncios de jornal.
 - (B) é obrigatória a designação de audiência de mediação independentemente do tempo em que ocorrido o esbulho ou turbação da posse afirmado na petição inicial.
 - (C) não é lícita a cumulação de pedidos de condenação em perdas e danos ou indenização dos frutos.
 - (D) dispensa-se a citação pessoal dos ocupantes, que devem ser citados por edital, intimando-se a Defensoria Pública a se manifestar em seu favor.
 - (E) a citação pessoal é feita por oficial de justiça, que procurará os ocupantes no local por uma vez, citando-se por edital os que não forem encontrados.
-
79. Theo foi informado de que sua ação judicial, em fase de conhecimento, teria seu andamento suspenso por força de afetação do tema discutido em sede de recurso especial repetitivo. Ao verificar a questão repetitiva afetada, entendeu que sua demanda veiculava questão de direito distinta e apresentou manifestação do juiz pedindo o prosseguimento da sua ação. O juiz negou pedido. Inconformado, Theo poderá apresentar
- (A) apenas pedido de reconsideração.
 - (B) agravo de instrumento.
 - (C) agravo interno.
 - (D) apelação.
 - (E) recurso ordinário.
-
80. Lillian ajuizou ação perante o Juizado Especial Cível. A ação foi julgada improcedente e Lillian pretende interpor recurso. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, o recurso
- (A) não admite contraditório ao recorrido, em razão do princípio da celeridade.
 - (B) dispensa custas e recolhimento de preparo.
 - (C) deve contar com preparo juntamente com a petição apresentada, sob pena de deserção.
 - (D) exige representação por advogado, independentemente do valor da causa veiculado na ação.
 - (E) dispensa representação por advogado nas causas cujo valor não exceda a 20 vezes o salário-mínimo.

